

**ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2022, NA PLATAFORMA ONLINE GOOGLE MEETS – COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Giulia Patitucci (SMDHC), Verônica Martines (CDHLG), Roseli Kraemer, Alderon Costa (Rede Rua), Darcy (MNPSR), Maria Lisabete (SMADS), Maria Luiza Franco (SMS); **MEMBROS SUPLENTE**S: Adilson Barros Machado (GCM), Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Robson Mendonça (MEPSR); **PARTICIPANTES**: Gabriela (SEFRAS), Maria Rita Freitas, Cláudio Melo, Luiza Trotta (SMDHC), Wilherson Luiz (DPE), Família em Foco Santana, Kelseny Medeiros (Gabinete Erika Hilton), Sheila Marcolino, Ana Oliveira (DPU), May Poli, Tião Nicomedes, Viviane Ferreirinha (COVS/SMADS), Thais Navaş, Michiko Carvalho, Virgínia Maria, Maria Rita Frreitas, Natália Gretti, Isabel Pereira (SMADS), Newton Pedri (COVS/SMADS), Fabiana CRSCentro, João de Aquino, Regina Bueno, Marília Belmonte, Patrícia Medeiros, Luciana Pena, Giovanna Carolina Bueno, Rosiene Silvério, Guilherme Pinheiro (CDHLG), Liliana Mantoni, Instituto Ninho Social, José Vicente de Oliveira, Júlia Lima (Gabinete Eduardo Suplicy).

A reunião foi iniciada com os informes: A Sra. **Maria Luiza** (SMDHC) informou que o relatório preliminar do censo foi disponibilizado e está no site da SMADS, a parte qualitativa, realizada a partir de uma amostra, será disponibilizada em breve. A SMDHC iniciou, na semana da reunião ordinária, uma formação sobre direitos humanos para a Guarda Civil Metropolitana. O equipamento móvel da Coordenação, CPD, mudou para o território da Sé levando em consideração o aumento de denúncias de ações irregulares de zeladoria urbana, o mesmo equipamento vai produzir um relatório sobre a região. O Projeto Rede Cozinha Cidadã entrega 3.400 marmitas diariamente e está com contratos a serem finalizados no dia 13 de fevereiro, no entanto, outros 17 restaurantes serão contratados para continuar o quantitativo diário. Complementando o mesmo informe, no dia 13 de fevereiro iniciou uma emenda parlamentar com o Movimento Estadual da População em Situação de Rua que visa distribuir 700 marmitas diárias.

Sobre as eleições poprua: a comissão eleitoral decidiu mudar a data das eleições para que toda a estrutura organizacional seja estabelecida, fornecendo suporte para os próprios candidatos e candidatas. A nova data será no dia 05 de março. A CPPSR vai disponibilizar os materiais necessários para que os candidatos

e candidatas possam fazer suas campanhas. O Sr. **Alderon** (Rede Rua) informou que, durante uma conversa com o Sr. Anderson, Sr. Robson e o Sr. Darcy, eles levantaram que era preciso mais tempo para as eleições sobretudo por conta do pico da variante ômicron, pediu para que a comissão mudasse a data para Abril de 2022.

O informe seguinte foi sobre a permanência dos encontros online do conselho em virtude do aumento de casos da nova variante do covid-19, e sobre o mesmo tema, o próximo informe tratou da reunião ordinária de março que, em razão do carnaval, será na segunda semana do mês, no dia 09 de março.

O próximo informe foi sobre o evento “JudiSampa”, promovido por diversos órgãos, que tem o objetivo de atender a população em situação de rua em serviços que envolvem órgãos públicos de promoção de acesso a direitos. Essa ação vai ocorrer na Sé nos dias 15, 16 e 17 de março.

O décimo primeiro informe foi sobre o aumento de denúncias de irregularidades em ações de zeladoria urbana na região da Praça da Sé. Essas denúncias estão sendo acompanhadas pela Ouvidoria de Direitos Humanos do município e já foram solicitados maiores esclarecimentos por parte da Subprefeitura da Sé. Essas denúncias estão sendo monitoradas pela CPPSR e também pelo Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana. Sobre o mesmo tema, a Ouvidoria de Direitos Humanos será nomeada para o mesmo Subcomitê P

osteriormente, a sra. **Ana Oliveira** pediu para que o relatório do equipamento móvel seja repassado para a Defensoria Pública da União. O sr. **Robson** (MEPSR) denunciou as violências nas ações de zeladoria urbana, sobretudo por parte da GCM. O sr. **Cleiton Ferreira** (É de Lei) acrescentou que crianças e adolescentes em situação de rua na região da Praça da Sé estão sofrendo ameaças e violências em operações de zeladoria por parte da GCM e da Polícia Militar. Em relação ao último ponto, a Sra. **Maria Luiza** (SMDHC) pediu para que a organização envie um e-mail com os relatos para que sejam encaminhados para a ouvidoria.

O último informe da SMDHC foi sobre a situação das emendas parlamentares supervisionadas pela Coordenação PopRua, com apresentação sobre o conteúdo destas.

O Sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) de um informe sobre uma reunião com o Ministério Público, a Defensoria e a Covisa para debater a questão da vacinação e da promoção da vacina para a população em situação de rua sobretudo àqueles

que estão em situação de calçada. Um dos encaminhamentos foi a distribuição de materiais que divulguem a importância da vacinação e da terceira dose.

A Sra. **Maria Luiza** (SMDHC) deu um retorno dos encaminhamentos das últimas reuniões e em seguida um retorno dos ofícios enviados.

Em relação ao ofício nº17/2921 de processo SEI 6074.2021/0003910-2, que solicitava a ampliação das equipes de Consultório na Rua requisitando também a ampliação do horário do Consultório na Rua durante a Operação Baixas Temperaturas e o encaminhamento de um ofício ao Ministério da Saúde com o pedido de inclusão do campo “população em situação de rua” em fichas e cadastros. Em resposta, a SMS indica que o Plano de Metas prevê a implementação de 6 novas equipes de CnR; aponta que os CnR têm como objetivo a Atenção Básica, sendo que o atendimento de urgência, como em Baixas Temperaturas, é de competência do SAMU e demais serviços como Pronto Socorro, UPAs e AMAs. Sobre o último pedido, as áreas técnicas da SMS concordam com a importância da inclusão em outras fichas e cadastros, uma vez que poucos cadastros têm este campo. Além disso, a SMS informou que enviou ofício para o Ministério da Saúde na primeira quinzena de maio de 2021, assim como foi solicitada a inclusão em reunião conjunta de SMS, Secretaria do Estado da Saúde e Ministério da Saúde, para debates sobre a inclusão do campo “população em situação de rua” nas fichas e cadastros da saúde.

Já o ofício nº 31/2021 de processo SEI 6074.2021/0007657-1, que questionava a SEHAB sobre itens relativos à política habitacional, a SEHAB indicou que o edifício Sete de Abril já possui proposta de destinação finalizada e que está pendente somente a aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação. A destinação é para famílias removidas em função de risco, insalubridade ou intervenção pública, incluindo orçamento aprovado para realização de trabalho técnico social com os futuros beneficiários. Explicou também que o Programa Reencontro prevê a destinação de locação social à população em situação de rua, e que o Programa Pode Entrar engloba faixas de renda de até 6 salários mínimos, portanto, não há impedimento para a inclusão de renda zero. Este último Programa está em fase de regulamentação, ou seja, está passando por definição de critérios de acesso para cada modalidade. Ademais, colocou que outros edifícios estão em fase de planejamento, sem demanda definida, citando como exemplo unidades do parque privado de locação social que estão sob as seguintes consultas: CP

007/2021/SGM-SEDP e CP006/2021/SGM-SEDP. Logo, seria um momento oportuno para discutir a destinação à população em situação de rua.

Acerca dos nove empreendimentos questionados pelo Comitê, a SEHAB anexou planilha com a situação de cada um, apontando que constam no Plano de Metas para destinação à locação social, com entrega estimada até dezembro de 2024. Por fim, quanto ao Terreno Luiz Gama, foi informado que a doação ao Município não se efetivou, permanecendo sob propriedade do INSS.

Foi passado então a pauta do Censo de Crianças e Adolescentes: para esta pauta foram convidados representantes da SMADS e da Painel Pesquisas, responsável pela realização da pesquisa. Primeiramente, a Sra. **Giulia** (SMDHC) apresentou as principais diferenças entre o censo de adultos e o de adolescentes e crianças, este sendo realizado durante o dia. Expôs também que será feito um mapeamento dos espaços com maiores concentrações de crianças e adolescentes em situação de rua.

O sr. **Newton** (SMADS) pontuou que a empresa Painel Pesquisas foi a vencedora de um licitação por meio de pregão eletrônico. A análise foi feita a partir da apresentação de um atestado técnico (censo, levantamento de crianças e adolescentes em conselhos tutelares, etc) que indicou a empresa como qualificada para a realização da pesquisa segundo a metodologia e cronograma construído pela Coordenação do Observatório da Vigilância (COVS) da SMADS. A Sra. **Viviane Ferreirinho** (SMADS), completou que a primeira fase deste censo é o mapeamento dos locais de concentração e do contexto de cada grupo de crianças e adolescentes em situação de rua, e a partir deste quadro de referência montado, parte-se para a pesquisa. A última etapa leva em consideração os perfis montados e faz uma análise amostral. Esta pesquisa é realizada pela manhã, tarde e noite.

O sr. **João de Aquino**, educador especial e sociólogo, representante e gerente de projeto das equipes de diagnóstico social da Painel Pesquisas apresentou a empresa e destacou em sua fala a complexidade da pesquisa censitária de crianças e adolescentes. Também pontuou que a construção da metodologia usada é resultado de uma construção coletiva com diversos interlocutores, órgãos e especialistas.

Em falas abertas, a sra. **Rosiene** levantou algumas instituições, equipamentos, movimentos que poderiam ser consultados: equipamentos da SMADS, Movimento Meninos e Meninas em Situação de Rua e Conselho Tutelar. O

sr. **Robson** (MEPSR) perguntou quantas pessoas participarão deste censo e se a empresa tem uma perspectiva de encerramento do mesmo. A sra. **Marília Belmonte**, representante da Associação Beneficente Santa Fé, demonstrou interesse em participar da pesquisa e se a empresa já considerou sobre a questão de adolescentes acompanhados de seus filhos e/ou que estão grávidas, e sobre questões de gênero e LGBTQI+.

Em falas abertas, o sr. **Alderon** (Rede Rua) ressaltou que é contra a atual metodologia de contratação, que foi a mesma para o censo de adultos, e também perguntou se a empresa já tem um calendário disponível para consulta e acompanhamento do processo, e se organizações que trabalham com crianças e adolescentes já foram contactadas, dando como exemplo a Travessia, Meninas e Meninos de Rua, Pixote e outras. Além disso, também pediu acesso a um material sobre a metodologia. O sr. **Cleiton** (É de Lei) questiona sobre a abordagem que será feita e o número de pessoas em situação de rua que vão trabalhar na pesquisa. A sra. **Roseli** (RPR) ressaltou sua preocupação com o aumento do número de pessoas em situação de rua e com as tentativas de “esconder” o número.

O Sr. **Newton Pedri** (SMADS) respondeu que entende a aflição em relação à contratação e diz que o seminário sobre o censo da população em situação de rua é o espaço para levantar este debate. Sobre prazos, o mesmo respondeu que até maio será realizada a primeira fase e que até outubro será realizada a terceira fase.

O sr. **João de Aquino** respondeu que quer pegar o contato das pessoas que levantaram questões, e quer também formar um grupo de trabalho com essas pessoas e com representantes de organizações. Por conta do tempo, pediu para que entrassem em contato por e-mail.

Em seguida foi passado a segunda pauta, sobre dados de Covid-19 e a população em situação de rua, para esta pauta foram convidadas: SMS, Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama e LabCidade (FAU/USP). Esta pauta surgiu como demanda após a divulgação de um estudo que colocava em debate a metodologia usada para expor os número de óbitos da população em situação de rua, realizada pelo LabCidade.

A sra. **Giulia Patitucci** (SMDHC) apresentou o grupo de trabalho intersecretarial responsável por monitorar os dados de óbitos da poprua. A sra. **Luiza Trotta** (SMDHC) é a atual coordenadora do GTI e apresentou os membros

titulares, suplentes e convidados. A justificativa para a criação deste GTI foi a necessidade de maior confiabilidade dos dados sobre o tema a fim de propor ações mais efetivas de proteção e promoção dos direitos dessa população; e a demanda pela expansão do monitoramento sobre óbitos de pessoas em situação de rua para além do período de baixas temperaturas (apresentada por conselhos, poder legislativo, defensoria pública e sociedade civil em geral).

Em seguida, a Sra. **Luiza** (SMDHC) apresentou os objetivos do GTI, que são: estabelecer fluxo comum de trabalho para o compartilhamento e/ou disponibilização de informações periodicamente visando o monitoramento de óbitos de pessoas em situação de rua; institucionalizar e formalizar parceria em andamento sobre o tema e assuntos correlatos, como violências contra pessoas em situação de rua e a identificação de corpos não identificados/não reclamados.

A assessora também apresentou os produtos esperados: um fluxo municipal para monitoramento de óbitos de pessoas em situação de rua; portaria ou documento similar intersecretarial contendo as atribuições de cada órgão municipal para a proposta; termos de cooperação com os órgão de outras esferas pactuados visando a disponibilização mútua de informações sobre o tema.

Em relação à metodologia de trabalho do GTI, a Sra. **Luiza** (SMDHC) destacou que o GT tem tempo definido de funcionamento que é até a entrega dos produtos esperados. Assim, a assessora também apresentou o cronograma de atividades do GTI em questão.

Representando a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, a sra. **Veronica Martines** apresentou que a pesquisa publicada foi feita pela CDHLG, LabCidades e Recovida e tem como objetivo fornecer uma análise comparativa entre dados fornecidos pela Prefeitura de São Paulo sobre óbitos da população em situação de rua por covid-19.

A metodologia utilizada vem da base de dados do Recovida entre março de 2020 a maio de 2021, contando com cruzamento de endereços fornecidos com endereços de serviços vinculados à SMADS e a identificação de palavras-chave que remetesse à situação de rua nas informações sobre logradouro e complemento. Desta forma, foi feita uma contagem que chegou ao número de ao menos 96 pessoas em situação de rua que faleceram durante a pandemia da COVID-19, sendo 61 acolhidos e 35 em situação de calçada. Dados apresentados pela SMS via Comitê PopRua indicam que 49 pessoas morreram até novembro de 2021 - uma

subnotificação de 49%. Segundo a apresentação, uma análise preliminar indica que os números podem chegar até 491 pessoas - 96 desta contagem, 216 sem registro de endereço e 179 em caso de ILPI, em situação de pensão ou abrigo.

A apresentação também contou com uma análise de perfil - 77% eram do sexo masculino, 49,5% eram pessoas negras. 73% tinham entre 50 e 79 anos. Em relação à escolaridade, 40,02% tinham até o ensino fundamental 2. 75% apresentavam um ou mais fatores de risco. 94% das mortes ocorreram em Hospitais, sendo que o CAE Sítio das Alamedas apresentou sozinho 18 mortes (29% dos acolhidos no espaço).

Verônica colocou algumas recomendações: inclusão de pergunta específica para identificar pessoas em situação de rua nos atestados de óbitos e formulários de atendimento ambulatorial e hospitalização; elaboração de um formulário específico para detalhar os atendimentos realizados às pessoas em situação de rua nos equipamentos públicos localizados no município, incluindo hospitais e UBS. Recomendou também uma recontagem dos óbitos por Covid-19 com cruzamento dos dados de CPF que constam no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM-PROAIM-CEInfo) com os cadastros socioassistenciais (CADÚnico e SISA), a disponibilização de dados com atualização mensal ou semanal e informações de caráter qualitativo como identificação do perfil da unidade hospital responsável pelo atendimento e a integração dessas informações com a base de dados da SMADS, para cruzamento de informações sobre o acolhimento dessas pessoas.

Em falas abertas, a sra. **Rosiene Silvério** perguntou sobre o funcionamento do GTI e a participação do IML no espaço. A sra. **Liliana** perguntou se os dados apresentados englobam crianças e adolescentes vítimas da COVID-19.

A sra. **Luiza Trotta** (SMDHC) retomou a fala destacando que a SMDHC não dispõe da base de dados e não têm a responsabilidade de coordenar os dados de óbitos, no entanto o GTI surgiu justamente para estimular o fluxo e troca de informações de maneira intersecretarial. Pontuou também que o GTI é fechado para a sociedade civil por trabalhar com dados delicados e informações pessoais protegidas pela LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados. Adicionou que o IML participa sobretudo no fornecimento e controle de informações. Em resposta ao questionamento da sra. Liliana, colocou que crianças e adolescentes são pautas de discussão mas que devem ser incluídos nos números de COVID-19 em casos que se confirme. Por fim, pontuou que haverá diálogo entre os órgãos e as

recomendações da Clínica serão acatadas. A representante da SMS, a sra. **Maria Luiza Franco** (SMS), agradeceu os dados apresentados e disse que eles vieram para fortalecer o trabalho.

**Encaminhamentos:**

1. Marcar extraordinária para apresentação do Censo População em situação de rua;
2. Marcar reunião sobre Programa Reencontro;
3. Ofício ao Conselho Municipal da Habitação sobre destinação de prédios à população em situação de rua;
4. Enviar listagem de pessoas que querem contribuir com o censo de crianças e adolescentes para a SMADS e Painel Pesquisas, assim como o mapeamento de locais estratégicos;
5. Marcar o Subcomitê Saúde para o GTI Monitoramento de Óbitos apresentar o que está sendo construído. Também dar repasse no GTI de óbitos sobre o que foi discutido nessa reunião;
6. Enviar material que foi apresentado na reunião para o mailing.